

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Folha de S. Paulo

CLASS. : Amazônia/CPI

DATA : 10 12 91

PG. : (1) 3 234

A CPI do ridículo

FÁBIO FELDMANN, LOURIVAL FREITAS e TUGA ANGERAMI

O ano de 1991 foi de intensa exposição pública dos trabalhos das Comissões Parlamentares de Inquérito no Congresso Nacional. Isso não quer dizer que tenham sido efetivamente investigados tantos fatos objetivos de interesse da sociedade brasileira quantas CPIs foram criadas.

É muito significativo o caso da CPI conhecida como "da Internacionalização da Amazônia". Durante meses ela fez supostas revelações bombásticas do tipo "estão vendendo a Amazônia", levantando suspeitas sobre planos mirabolantes de agressão externa, sobre os "perigos" da Rio-92, das entidades não-governamentais, indigenistas e missões religiosas. Acusou brasileiros de "estarem mancomunados" com possíveis intenções estrangeiras de tirar a Amazônia do Brasil ou de criar outro país gerenciado pela ONU no território dos ianomami.

Em muitos momentos, importou menos a função da CPI do que o palco político montado para garantir vida longa para teses inconsistentes e superadas.

Sandices à parte, o que restou da CPI da Internacionalização é relevante mais pelo que não apurou em relação à Amazônia e pelo próprio significado, para o Congresso, de seus procedimentos internos. Alguns depoentes foram convidados não porque tivessem qualquer conhecimento específico ou provas a apresentar, mas por defenderem posições que serviam aos interesses de alguns membros da CPI.

Dois pontos devem ser objeto de séria reflexão. Primeiro: a tentativa de apresentar um relatório final da CPI calcado em documentos anteriormente elaborados pela Escola Superior de Guerra. Segundo: a própria CPI e o Congresso Nacional.

Em vez de tentar extrair dos 44 depoimentos dados ao longo de sete meses alguma conclusão relativa aos objetivos para os quais a CPI foi criada —verificar a existência de aeroportos clandestinos, atuação de missões estrangeiras etc.—, o relatório preliminar da comissão usa o Congresso como mão-de-gato para tirar certas castanhas do fogo.

Chega a ser uma desfaçatez o que o tal relatório-versão preliminar arrola

nas "conclusões da CPI": oficialização da invasão dos garimpeiros em reservas indígenas e áreas protegidas sob o nome cândido de "reservas garimpeiras"; transformação automática dos índios em pequenos agricultores, nos moldes de nossa "civilização", ignorando todo o conhecimento antropológico acumulado até hoje sobre essas comunidades; poder de veto das autoridades estaduais à localização dos grupos indígenas e, finalmente, torna sem efeito a portaria que instituiu a área indígena ianomami.

O documento evidencia a apropriação indébita do Congresso Nacional para endossar e dar legitimidade a teses geopolíticas geradas na ESG e copiadas como "conclusões" da CPI. O relatório poderia ser feito até antes do início da CPI, já que representa os interesses de alguns segmentos políticos, econômicos e sociais unidos pela luta —indômita, reconhecamos— contra qualquer modificação na estrutura carcomida do poder político, econômico e social no Brasil.

O relatório preliminar, abortado pela reação provocada dentro do Congresso e pela indicação de sua gravidade em matérias na imprensa, não deixa de ter importância em si. O documento final será outro, o que revela um mínimo de sensatez. Mas

para avaliar como fica o papel do próprio Congresso nessa história, é preciso mais do que sensatez momentânea. No momento em que alguém avalia ser possível manipular o Poder Legislativo para ser co-autor de propostas micadas, é a soberania, a autonomia da representação popular, que está em jogo. E o episódio mostra que, de fato, o Congresso está vulnerável a esse tipo de manobras.

E a Amazônia? Corre risco de ser internacionalizada? A leitura atenta de todos os depoimentos prestados na CPI mostra claramente que a tese da internacionalização não só não se sustenta como sugere uma contrapergunta: por que ela é levantada com tanta insistência? Este é o ponto. E a ele deveríamos dedicar uma profunda reflexão, pois

mostra como a ignorância, o desconhecimento, o medo do futuro, a pauperização do povo brasileiro estão sendo manipulados com apelos duvidosos e supostamente patrióticos e nacionalistas para esconder alguns fatos:

1) Mais do que saber de maquinações estrangeiras, importa esclarecer o que as elites econômicas e políticas estão fazendo com este país.

2) O país inteiro está "internacionalizado" e a Amazônia não foge desse processo. Respeitadas as especificidades da região, ela é um espaço econômico brutalmente ocupado —como o Brasil todo— em detrimento da maioria da população. Os "estrangeiros" têm um forte papel nesse processo. Mas também sempre tiveram seus aliados internos, beneficiários da violenta concentração de renda, do esgotamento dos recursos naturais e da dívida externa que hoje nos sufoca e transforma o FMI no nosso mais importante órgão de planejamento.

3) Colocar padres, missionários, indigenistas e ecologistas como réus dos problemas sociais da Amazônia é uma piada cruel. Existem leis e normas para regulamentar a vida de associações, missões estrangeiras, entidades não-governamentais, fundações etc. Aplicar-nas, impor-

nam aos trambiqueiros as penas legais e vamos ao que importa. Ou seja: a quem interessa transformar a Amazônia em dinheiro sonante a curtíssimo prazo, para onde vai esse dinheiro e o que sobrá para a atual população e as futuras gerações?

É curioso notar, ainda, que se fala em internacionalização da Amazônia como fruto de uma possível estratégia bélica dos países ricos. Mas não se analisa as evidências do crescimento do poder paralelo —e real— do narcotráfico na região, com ramificações no próprio Congresso Nacional, como já se viu. Enfim, soberania não se declara; se exerce.